

A TEORIA CONFIGURACIONISTA E O SURGIMENTO DO LAZER

Leoncio José de Almeida Reis¹
Fernando Renato Cavichioli²

Resumo

Dentre os teóricos do campo do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica. Na tentativa de contribuir com esse debate, oferecemos algumas reflexões cristalizadas a partir de preceitos e conhecimentos oriundos da teoria configuracionista. O objetivo principal foi ressaltar a impossibilidade e a desnecessidade de se encontrar um princípio absoluto para o surgimento do lazer, bem como refutar a idéia elaborada por alguns autores de que o lazer surge na modernidade, fruto das transformações decorrentes da Revolução Industrial.

Palavras-chave: *lazer, surgimento do lazer, teoria configuracionista.*

SUMMARY

Among the theoretical field of leisure, from a conceptual and interpretive point of view, the discussion came about when the emergence of leisure is still a controversial issue. In an effort to contribute to this discussion, we offer some thoughts crystallized from precepts and knowledge from the configuration theory. The main objective was to emphasize the impossibility and no need to find an absolute principle for the emergence of leisure and refute the idea developed by some authors that leisure comes in modernity because of changes resulting from the Industrial Revolution.

Keywords: *leisure, emergence of leisure, configuration theory.*

INTRODUÇÃO

O lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno...
(MASCARENHAS, 2001, p. 58-59)

...foi nesse processo típico da modernidade que surgiu o que hoje definimos
como lazer.
(MELO & ALVES JÚNIOR, 2003, p. 6).

As evidências encontradas nas fontes estudadas indicam que o ponto de partida para a configuração social do lazer não foi desencadeado somente a partir do advento mundialmente conhecido como Revolução Industrial...
(WERNERCK, 2000, p. 20).

... as atividades de lazer enquanto área social de libertação das restrições do não lazer podem encontrar-se nas sociedades em todos os estágios de desenvolvimento. (ELIAS; DUNNING, 1992, P. 104).

Dentre os teóricos do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica. O debate teórico

¹ Aluno do programa de pós-graduação (mestrado) do Departamento de Educação Física - UFPR

² Professor da graduação e do programa de mestrado do Departamento de Educação Física - UFPR

travado entre os estudiosos sobre a origem histórica do fenômeno – muito bem diagnosticado nos trabalhos desenvolvidos por Gomes (2003; 2004) e facilmente exemplificado com as frases recortadas acima – é ainda um tanto controverso.

De modo geral, a questão sobre o surgimento do lazer, embora nem sempre seja discutida de maneira sistematizada, quase sempre permeia as obras que abordam o tema lazer. Com o intuito de aprofundar a discussão, oferecemos algumas reflexões elaboradas a partir da *teoria configuracionista*.

O objetivo central desse texto é ressaltar a impossibilidade e a desnecessidade de se encontrar um princípio absoluto para o surgimento do lazer e, também, refutar a idéia de que o lazer surgiu na modernidade, em decorrência das transformações decorrentes da Revolução Industrial.

O SURGIMENTO DO LAZER

De acordo com a sistematização apontada por Gomes (2003; 2004), duas correntes opostas dividem as opiniões quanto a controversa questão sobre o surgimento do lazer. Inseridos na primeira corrente estão autores que consideram que o lazer existia nas sociedades mais antigas e que, portanto, sempre existiu (RUSSEL, 2002; DE GRAZIA, 1966; MUNNÉ, 1980; MEDEIROS, 1975). Do lado oposto, autores que entendem o lazer como um fenômeno moderno, com origem marcada nas modernas sociedades urbano-industriais (DUMAZZEDIER, 1979; MARCELLINO, 1983; MELO E ALVES JUNIOR, 2003; MASCARENHAS, 2005)³.

Optando por não se filiar a nenhuma dessas correntes, Gomes argumenta que *precisar cronologicamente o surgimento do lazer é uma tarefa um tanto quanto complexa*. Para ela, da mesma forma que as manifestações e práticas culturais que fluíam a seu tempo e modo em períodos antigos da história não podem ser simplesmente igualadas e compreendidas como uma versão clássica do lazer moderno, o lazer não pode ser interpretado como um fato exclusivo da modernidade, com data de nascimento no século XVIII. Para alguns teóricos - diz ela - o surgimento do lazer é associado a esta época devido, principalmente, às transformações decorrentes do processo da revolução industrial, destacadamente àquelas que levaram à rígida e nítida delimitação da jornada de trabalho. Esta delimitação, na visão deles, acabou distinguindo, por sua vez, o tempo de trabalho do tempo de não trabalho, ou seja, distinguindo o tempo de trabalho do tempo livre dentro do qual o tempo de lazer estaria inserido. Embora não considere que o lazer tenha surgido nesta época, ainda assim destaca a importância das transformações que ocorreram nesse período e que foram “decisivas para que o lazer, entre outras dimensões da vida, fosse revestido de características próprias, configurando-se da forma como conhecemos hoje” (GOMES, 2003, p.61-62). Alerta que “é demasiado arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se configura na sociedade ocidental” e sugere que “conhecer e considerar as peculiaridades [...] de outras realidades que compõe a nossa história pode fornecer expressivas contribuições para apreendermos o processo de constituição do lazer” (GOMES, 2004, p. 138).

Ao nosso ver, apontar precisamente quando o lazer surgiu não só é uma tarefa arriscada e complexa, como nos fala Gomes, mas tomando emprestado algumas premissas da *teoria configuracionista* podemos afirmar que fazê-lo seria um equívoco.

³ Acrescentamos este último a esta corrente por conta própria, já que o mesmo não figura na classificação originalmente elaborada por Gomes (2003, 2004a).

De acordo com a *teoria configuracionista*, um fenômeno que ocorre no seio da sociedade não pode e nem deve ser compreendido de maneira estática, como se as relações sociais que formam esta sociedade fossem imutáveis, formando-se instantaneamente de uma hora pra outra, mas sim como resultado de uma longa e intensa cadeia de modificações sociais que se produzem e se transformam ao longo dos tempos. Assim, compreender um fenômeno social que é visivelmente percebido em um determinado período histórico exige que se compreenda que ele é fruto de um *processo contínuo*, por vezes demasiadamente *longo*, que sofrendo avanços e recuos nem sempre caminha na mesma direção – não-linear, por assim dizer.

As modificações que decorrem de um processo social de longa duração não podem ser interpretadas como conseqüência de planos racionais e ações deliberadas de indivíduos ou grupos sociais específicos. Não é possível conceber, por exemplo, que um processo longo que atravessa gerações resulta em uma *configuração social* intencionalmente pensada, que foi anteriormente planejada por um indivíduo ou grupo isolado (ELIAS, 1993). Nem por isso pode-se afirmar que tais modificações sejam desordenadas ou caóticas, muito pelo contrário, seguem uma ordem específica e por mais que, em alguns casos, sejam forçadas por fenômenos físicos, *procedem sempre de atos humanos, sejam eles intencionais ou não*, cabendo a nós, pesquisadores do âmbito das ciências sociais, analisar, descobrir e relatar como isso ocorre (ELIAS, 1993, p. 193-195).

Não é possível, portanto, assinalar um marco zero pra esses tipos de processos, pois embora tenham lá seus avanços e recuos, devem ser observados sempre como algo contínuo e em constante modificação. Isso fica muito evidente quando nos deparamos com as análises sociológicas de Norbert Elias sobre o *tempo* (ELIAS, 1998), a *linguagem* (ELIAS, 1994), e também, principalmente, *as mudanças nos padrões de comportamento e de autocontrole* decorrentes do *processo civilizador* (ELIAS, 1993). Percebemos a partir destas obras que *não é possível assinalar de forma pontual o início desses processos*, nem apontar com certeza absoluta o seu fim. O próprio autor nos alerta que intentar fazê-lo nada mais é do que uma enraizada “convenção dominante da fala e do pensamento” que “tem expressão numa poderosa necessidade intelectual de descobrir primórdios absolutos” (ELIAS, 1994, p. 23) e, também, uma forma de nos sentirmos mais tranquilizados para traçar processos investigativos:

Muitos aspecto do mundo real, que é objecto das explorações científicas, têm o carácter de um processo onde, muitas vezes, se podem reconhecer transições para um novo estágio, mas sem qualquer começo absoluto. [...] As referências a um começo absoluto podem parecer fornecer uma base segura para a necessidade humana de orientação. (ELIAS, 1994, p. 23).

Sabendo disso, defendemos que não é possível encontrar um primórdio absoluto para o surgimento do lazer, afinal é inaceitável imaginar a existência de um período histórico no qual, de um instante para o outro, o fenômeno tenha simplesmente aparecido como algo completamente novo, sem qualquer antecedência histórica. Sendo o lazer um fenômeno social que faz parte de uma longa e intensa cadeia de processos sociais, a busca por suas raízes históricas deve estar voltada não para a descoberta de um marco decisivo, mas para a compreensão de como esse processo cego foi se constituindo no decorrer da história da humanidade, de como e por que algumas de suas características permaneceram ao longo dos tempos enquanto outras desapareceram, de como foi se transformando e se adaptando face às modificações sociais ao mesmo tempo em que, de maneira inversa, provocava ou facilitava essas modificações.

Para alguns autores, como aqueles destacados por Gomes (2003; 2004) – o lazer é interpretado como um fenômeno que surge num período específico da história da humanidade. Num momento em que ocorrem extraordinárias transformações nos modos de produção - a Revolução Industrial. É a partir desse momento histórico, segundo esses autores, que é estabelecida a rígida divisão do tempo de trabalho. Consequentemente, também nessa época, as novas rotinas diárias passaram a ser demarcadas obrigatoriamente pela jornada de trabalho, o que iria determinar claramente a distinção entre o tempo que o trabalhador dedica à produção e o tempo de não-trabalho. Estes autores compreendem que era então, neste contexto, que surgia o que hoje conhecemos como lazer. A título exemplificativo dessa maneira de se interpretar o surgimento do lazer, trazemos uma citação do autor Mascarenhas (2005, p. 230):

A ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, uma imposição peculiar ao capitalismo industrial, como não poderia ser diferente, implicou numa verdadeira revolução do tempo social, opondo tempo livre e tempo de trabalho. A possibilidade de alternância contínua dos momentos de trabalho e não-trabalho começa aí a ser suplantada. Nesta direção, a produtividade expressa pela nova disciplina do relógio torna-se a grande inimiga do ócio, invadindo a esfera do tempo livre e buscando concilia-lo ao trabalho. É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial.

Longe de querer resolver esta indefinição sobre o surgimento do lazer, oferecemos a partir desse momento, como contraponto ao debate aqui exposto, algumas reflexões cristalizadas a partir de preceitos e conhecimentos oriundos da *teoria configuracionista*. Reflexões que podem, de maneira ampla, prestar algumas contribuições ao entendimento desta questão e, de maneira mais específica, fortalecer o argumento desenvolvido por Gomes de que o lazer não surge na revolução industrial.

Há de se concordar com todos aqueles pesquisadores que apontam que o lazer da forma como hodiernamente o reconhecemos distingue-se em muitos aspectos do que antigamente poderia ser chamado de lazer. A distinção é, às vezes, tão grande que muitos dos estudiosos são levados justamente por isso a separar o lazer de seu passado histórico, entendendo-o como algo puramente novo. Contudo, descartamos qualquer possibilidade de aceitar que o lazer tenha surgido em decorrência das modificações que se processaram durante a revolução industrial.

Primeiramente porque, como já foi tocado anteriormente, não é possível definir um marco zero para processos sociais de longa duração e, sendo o lazer um desses processos, seu início e fim são ininteligíveis e o seu desenrolar no futuro um tanto imprevisível. Nesse sentido, apontar o surgimento histórico do lazer é uma tarefa tão impossível quanto, por exemplo, assinalar o aparecimento do trabalho.

Segundo porque essas modificações, embora confinadas didaticamente em uma delimitação histórica intitulada Revolução Industrial, com início e local bem definidos (meados do Século XVIII na Inglaterra), são resultados de um longo e extenso processo de transformação que tem raízes históricas profundas e que ultrapassam esta baliza temporal, não podendo, como já advertimos, ser apreendidas estaticamente. De acordo com Elias (1998, p. 148) “atualmente, prevalece uma divisão do longo processo de desenvolvimento da humanidade numa série de períodos relativamente curtos”. Com isso, parte da história descrita pelos historiadores é, na realidade, segundo Elias (1998), uma “história a curto prazo” que não relaciona de maneira ampla, através de um

“quadro de referência unitário”, os diversos acontecimentos de um processo contínuo de desenvolvimento. Considera que:

[A fragmentação do] passado humano em períodos individualizados, que parecem dotados de vida própria, atrapalha ou impede a percepção de processos contínuos que se estendem a longo prazo, e que não se detêm nas fronteiras dos diferentes períodos, mesmo que possam sofrer a influência deles (ELIAS, 1998, p. 151).

Assim sendo, o lazer não pode ser percebido como algo que simplesmente passa a existir como consequência da rígida delimitação da jornada de trabalho. Delimitação esta que não pode ser interpretada como um ato que foi meramente instituído por aqueles que detinham o poder sobre os meios de produção, mas sim, conforme já dito, como um processo de longo prazo que se inicia muito antes e que vai lentamente ocorrendo - não sem resistência e revoltas - ganhando velocidade, principalmente, com a invenção e popularização do relógio – o que é naturalmente acompanhado de uma respectiva modificação na percepção individual e social do homem sobre o tempo.

A demarcação de início e fim de atividades laboriosas já existia, ainda que de forma não tão precisa, em períodos anteriores à instituição do relógio como divisor dos tempos sociais. Muito embora não existisse nenhum instrumento mecânico que regulasse os períodos de trabalho, a percepção do homem sobre o tempo estivesse condicionada “a circunstâncias naturais, como o clima, a alternância das estações do ano, do dia e da noite, das marés” e o ciclo de atividades laboriosas estivesse irregularmente presente no cotidiano, alternando momentos de atividade intensa e de ociosidade (THOMPSON, 1998, p. 271), pode-se afirmar que ainda assim existiam outros acontecimentos regulares que serviam de base para a determinação das tarefas ligadas ao trabalho. Consequentemente, da mesma forma, existiam parâmetros temporais para a determinação e regulação de atividades externas ao trabalho, tais como as diversões, as festas e outras atividades lúdicas, que estavam igualmente inseridas no cotidiano, mas que também se subordinavam às necessidades básicas de sobrevivência. É o que tentaremos demonstrar abaixo.

Numa passagem de seu livro *Sobre o Tempo*, extraindo um exemplo de uma etnia africana essencialmente agrícola, Elias (1998) nos revela como a percepção e administração do tempo passa a se modificar com o desenvolvimento da agricultura. Nesta sociedade tribal, a época boa para a sementeira era determinada e anunciada a toda população por um sacerdote, o qual tinha a obrigação permanente de observar as estações. O sinal para o plantio era dado quando o sacerdote observava que o sol, ao nascer, aparecia atrás de uma montanha específica. Existia também outro mecanismo muito simples para regulação do tempo e demarcação das atividades: um pote no qual era depositada diariamente uma concha, e com isso, a partir da observação de quão preenchido estava o pote, formava-se a noção de quanto tempo havia se passado. Quando o pote estivesse totalmente cheio, dava-se início a certos tipos de atividades. Percebe-se nessa sociedade que, tanto o tempo de iniciar as atividades do plantio, quanto o tempo de celebração e de comemoração - cuja principal determinante era a colheita - também eram instituídos. Assim, é possível afirmar que, do mesmo modo que o tempo de empreender esforços coletivos para a produção de alimentos era determinado externamente – no caso, pelo sacerdote, cujo parecer estava submetido às condições impostas pela natureza –, o tempo de comemorar e celebrar a colheita também o era.

O desenvolvimento da agricultura é um bom exemplo de como as diversas atividades sociais e individuais se interligavam e mantinham uma constante dependência e uma estreita relação com a percepção temporal do tempo, embora, cabe ressaltar, tal relação se estabelecia de maneira muito mais flexível do que a observada nos períodos posteriores já que não existiam dispositivos que pudessem dividir o tempo (do dia, do mês e do ano) em escalas regulares com a mesma exatidão que hoje observamos. As intempéries climáticas e o reconhecimento de períodos cíclicos para o plantio e colheita exigiam dos homens, de suas famílias e de suas tribos uma postura até certo ponto disciplinada, pois só assim poderiam melhor atender às suas necessidades de obter o próprio alimento – de sobrevivência propriamente dita (ELIAS, 1998). E assim, completado um ciclo de trabalho, os homens se entregavam às festividades e às orações, aos cultos e aos sacrifícios, enfim, a toda sorte de rituais e manifestações culturais lúdicas que marcavam a identidade de seu povo.

O ponto central a ser enfatizado é que a maneira de determinar o tempo, assim como o ato de fazê-lo, tem funções muito específicas para uma dada realidade social, no sentido de orientar e regular o comportamento de grupos e indivíduos e sincronizar, de certa forma, suas atividades. Por isso, embora não fossem o relógio e o calendário com suas unidades abstratas os responsáveis por decretar o tempo em que deveriam ser realizadas as diversas atividades que preenchiam o cotidiano de sociedades pré-industriais, existiam outros parâmetros temporais⁴ – neste caso, muito mais elásticos e imprecisos, como os movimentos do sol, da lua e das estrelas, ou um pote com conchas – que por fim as demarcavam.

Todavia, não se pode incorrer no erro de equiparar esses momentos festivos e de não-trabalho presentes na sociedade primitiva com o que hoje costumeiramente se designa “tempo de lazer”. Até porque a percepção temporal são comparativamente distintas nessas duas sociedades, sendo a divisão muito mais complexa e muito mais regulada nas sociedades atuais. É por isso que devemos compreender as atividades de lazer, assim como as diversas atividades que estão inevitavelmente arraigadas em nosso cotidiano, como as necessidades fisiológicas, as obrigações familiares, o atendimento das imposições sociais e o próprio trabalho, não só pelo período de tempo ao qual são constantemente associadas e remetidas, mas pelas peculiaridades exclusivas de tais atividades, pelas características únicas que lhes conferem formatos sociais únicos e que nos permitem diferenciá-las umas das outras.

É o que os autores Elias e Dunning (1992) tentam demonstrar num conjunto de artigos reunidos num livro sob o título *A busca da Excitação* quando esboçam um modelo denominado *espectro do tempo livre*, separando e agrupando as diversas atividades desenvolvidas pelos seres humanos em grupos conceituais que reúnem as similaridades destas. De acordo com eles é possível captar alguns elementos comuns de atividades culturais realizadas em períodos históricos distintos: “os combates de vida ou de morte entre gladiadores, ou entre animais selvagens e seres humanos, representaram na sociedade romana um papel comparável ao das corridas de cavalos, desafios de futebol ou torneios de tênis, nas sociedades atuais” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 98).

Com vista a encerrar a nossa argumentação a favor da percepção do lazer enquanto um fenômeno social de longa duração que não se origina nas sociedades

⁴ Tais parâmetros temporais, utilizados para definir o início e fim de certas atividades, correspondem ao nível de síntese e percepção de tempo atingidos em um determinado estágio de desenvolvimento de uma sociedade, os quais só são produzidos a partir de um conjunto de conhecimentos anteriormente elaborados.

modernas, recortamos uma passagem assinada por Elias e Dunning (1992) na qual a visão deles sobre o surgimento do lazer fica um pouco mais nítida:

Poucas sociedades humanas existem, se é que existe alguma, que não possuam um equivalente às nossas atividades de lazer, que não tenham danças, confrontos simulados, exhibições acrobáticas ou musicais, cerimônias de invocação dos espíritos – em resumo, sem instituições sociais que proporcionam, por assim dizer, a renovação emocional por meio do equilíbrio entre os esforços e as pressões da vida ordinária, com as suas lutas a sério, os perigos, os riscos e os seus constrangimentos. P. 73-74.

Partimos então, conclusivamente, para algumas diminutas considerações sobre o que foi abordado nesse texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do lazer ainda não é e talvez nunca seja interpretado da mesma forma por aqueles que têm se dedicado a estudar o fenômeno. Não existe uma posição consolidada e finalmente aceita, ao menos pela maioria, sobre o momento histórico no qual se pode situá-lo. Não é nosso objetivo, e ambicioso demais seria, encerrar essa discussão anunciando um modelo teórico fixo e acabado que atenda a todas as nossas indagações sobre o surgimento do lazer. Longe de querer resolver as divergências que permeiam esta polêmica questão, buscamos apenas enfrentar, apoiados na teoria sociológica configuracionista, alguns dos argumentos levantados.

A linha argumentativa por nós desenvolvida procurou contrariar a tese de que o lazer surge especificamente com o advento da modernidade, como fruto das transformações e dos processos desencadeados pela revolução industrial. Refletindo acerca das mudanças nas percepções sociais e individuais sobre do tempo buscamos demonstrar que a delimitação temporal e a conseqüente demarcação do começo e fim de certas atividades não são fatos exclusivos das revoluções no modo de produção e que, portanto, a divisão nítida das experiências diárias em escalas temporais altamente reguladas não pode ser utilizada como elemento principal ou único para a determinação da ocorrência histórica do lazer.

REFERÊNCIAS

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2. 307 p.

_____. **Teoria simbólica**. Trad. Paulo Valverde. Lisboa: Celta Ed., 1994. 149 p.

_____. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 165 p.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1985. 389 p.

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. Tese (Doutorado em Educação): Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. Lazer – Ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 133-141.

MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio*: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 307f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MASCARENHAS, F. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, set. 2001.

MELO, V. A. de, ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR, 2000.